


## **Elaborações de si:** a construção do folclorista em Ademar Vidal na década de 1940

**Self-elaboration:** the construction of the folklorist in Ademar Vidal in the 1940s



MARQUES, Maria Joedna Rodrigues\*

 <https://orcid.org/0000-0003-2434-0600>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo investigar a atuação de Ademar Vidal (1897-1986) no cenário dos estudos folclóricos, assim como a elaboração do folclorista. Para isso, analisamos as cartas trocadas com Câmara Cascudo. Também procuramos compreender a instauração de instituições preocupadas com esta operacionalização do Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) na década de 1940. Procuramos refletir sobre as percepções vidalianas acerca da cultura, do folclore e sua inclinação para estes estudos, percebendo essas atuações refletidas em suas produções durante o período. Assim, destacamos sua participação na Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) e a criação da Sociedade Paraibana de Folclore (SFP), enquanto congêneres daquela, sendo dirigida por Ademar Vidal de 1941 a 1944. Nesse viés, delineamos a proposta metodológica elaborada pela SBF, na tentativa de organizar um perfil para o folclorista e instaurar uma organização no proceder das pesquisas folclóricas. Dialogamos com Jean-François Sirinelli (2003), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013b), Luís Rodolfo Vilhena (1997) e Mônica Pimenta Velloso (2007).

**PALAVRAS-CHAVE:** folclore; sociabilidades; Ademar Vidal.

**ABSTRACT:** This article aims to investigate the role of Ademar Vidal (1897-1986) in the scene of folk studies, as well as the elaboration of the folklorist. To this end, we analyzed the letters exchanged with Câmara Cascudo. We also tried to understand the establishment of institutions concerned with this operationalization of the Brazilian Folkloric Movement (MFB) in the 1940s. We tried to reflect on Vidalian perceptions about culture, folklore and his inclination towards these studies, noticing these performances reflected in his production during the period. Thus, we highlight his participation in the Brazilian Folklore Society (SBF) and the creation of the Society of Folklore (SFP), as a counterpart of the other, which was led by Ademar Vidal from 1941 to 1944. In this way, we outlined the methodological proposal developed by the SBF, in an attempt to organize a profile for the folklorist and establish an organization to the process of folklore research. We conversed with Jean-François Sirinelli (2003), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013b), Luís Rodolfo Vilhena (1997) and Mônica Pimenta Velloso (2007).

**KEYWORDS:** folklore; sociability; Ademar Vidal.

*Recebido em: 08/08/2020*  
*Aprovado em: 08/10/2020*

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Formação de Professores (CFP), Cajazeiras – PB. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões do CERES-UFRN, Caicó, – RN. Texto proveniente da pesquisa monográfica intitulada “Ademar Vidal e a produção de uma paraibanidade cultural a partir dos estudos folclóricos (1941-1949)”. E-mail: joednarodrigues@gmail.com



## Introdução

Ademar Victor de Menezes Vidal nasceu na atual capital paraibana em 1897, filho de membros da elite daquela localidade, Vidal teve contato com a imprensa local através do periódico *A União*. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife e exerceu cargos em decorrência do seu vínculo político com o Estado, apesar de não deixar de lado o cenário das letras, mesmo quando em 1944, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ), só retornando à Paraíba décadas depois para eventos. Escreveu sobre diversos temas e campos de conhecimento.

Em particular, destacamos sua atuação frente aos estudos folclóricos, na década de 1940, quando ele passou a elaborar uma produção voltada para o cenário nordestino, com foco na Paraíba. Vidal adotou para si a missão de tornar-se um representante intelectual, apresentando e divulgando na década de 1940 uma Paraíba folclórica.

Compreender essa elaboração do folclorista requer embarcar em registros pessoais que relatam essa construção, visto que, nesses registros conseguimos compreender o seu processo de inserção ao MFB, além de suas expectativas e atuação no mesmo. Por isso, utilizamos trechos de algumas correspondências<sup>1</sup> enviadas por Ademar Vidal ao companheiro de pesquisa, e amigo, Luís da Câmara Cascudo. Nelas foram registradas as atualizações dos estudos vidalianos, suas dúvidas e compartilhamento de informações, bem como se evidenciam as vivências pessoais, os ensejos, desabafos e esperanças.

Como destaca Teresa Malatian: “As cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamadas de momento biográfico.” (MALATIAN, 2009, p. 200), em decorrência disso, podemos analisar como o sujeito se expõe e cria para si uma referência, demonstrando ou afirmando aquilo que pretende repassar enquanto imagem de si. A autora ainda aponta para “[...] a expressão e contenção do eu, em seus diversos papéis sociais, em termos de sentimentos, vivências e, principalmente, práticas culturais.” (MALATIAN, 2009, p. 204).

Evidenciamos nas correspondências de Vidal os interesses intelectuais e a construção do folclorista, assim como o desenvolvimento desse perfil em ações práticas, a partir da criação de uma instituição paraibana voltada para pesquisas folclóricas. A *Sociedade Paraibana de Folclore* (SPF) foi fundada em 1941 e esteve em funcionamento, segundo os registros nas correspondências, até 1944.

---

<sup>1</sup> As correspondências enviadas por Ademar Vidal para Luís da Câmara Cascudo encontram-se no Instituto Câmara Cascudo (LUDOVICUS). Como regra da instituição, apenas pequenos trechos podem ser citados de forma direta. Por isso, selecionamos os trechos nos quais Ademar Vidal demonstrou uma preocupação com os estudos folclóricos.

Percebemos a atuação dessa instituição nas pesquisas folclóricas elaboradas por seu fundador, como o envio de um inquérito aos colaboradores do interior da Paraíba, no início da década de 1940, intitulado *Inquérito de Ademar Vidal entre Sertanejos*, localizado no fundo documental vidaliano no *Instituto Histórico Geográfico Paraibano* (IHGP). O mesmo abordou diversas temáticas em torno das vivências cotidianas, sociais e econômicas dos sertanejos. Além de coletar informações e registros, podemos perceber a articulação de uma rede intelectual que se elabora a partir da interação sobre a cultura, em particular a cultura popular, fonte utilizada nas produções vidalianas.

Jean-François Sirinelli aponta na sociabilidade intelectual o fato de que: “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Ainda, o intelectual enquanto um “ator político” (SIRINELLI, 2003, p. 231) tem como característica central a atuação na sociedade e intervenção seja no campo cultural ou político. São os interesses em comum que possibilitam a convergência de projetos intelectuais e a elaboração de uma “rede”.

O folclorista da década de 1940 destacou-se no cenário intelectual como um sujeito dotado de um discurso centrado na cultura popular, na intenção de uma construção identitária nacional. Roger Chartier (1995) argumenta que a categoria cultura popular trata-se de uma elaboração erudita, na qual agentes exteriores à cultura erudita são nomeados e definidos como não pertencentes a cultura erudita. Denominados pelo outro como popular, a titulação sobre determinadas práticas culturais passa a ser efetivada por sujeitos distantes dessas vivências (CHARTIER, 1995).

O processo de classificação de uma dada cultura pelo olhar de um sujeito de fora deve ser compreendido como uma tentativa de dominação, como aborda Martha Abreu o conceito de cultura popular “[...] foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas.” (ABREU, 2003, p. 83).

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013a) “O elemento folclórico será assim definido como algo que pertence ao passado, uma sobrevivência, um resquício, um resto, uma sombra do que foi o passado.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013a, p. 32), as manifestações culturais populares serão tidas como fonte de um saber folclórico capaz de evidenciar uma singularidade nacional, nessa essência popular estaria a identidade legítima, que, portanto, deveria ser preservada e conservada, o que caberia ao folclorista.

Para o autor:

O folclorista se sente como um caçador de preciosidades, como um coletor de formas e expressões singulares, simples, singelas, naturais, autênticas, que registra e recolhe para um posterior trabalho de aperfeiçoamento, de ressignificação por parte dos artistas e intelectuais cultos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013a, p. 259).

Como meio de divulgação desses escritos folclóricos os periódicos foram utilizados com assídua frequência, justamente pela facilidade em comparação com o custo e tempo na produção de livros. Podemos perceber, por exemplo, que a produção folclórica de Vidal circulou por alguns periódicos nas décadas de 1940 e 1950, como *Brasil Açucareiro*, *O Jornal* e o *Diário de Pernambuco*.

### Contextualizando trajetos

O contexto histórico no qual decorreu o MFB é fundamental para entendermos essas múltiplas atuações vidalianas e direções que foram delineando sua produção. Investigar o posicionamento de Ademar Vidal e a compreensão sobre esta área de estudos culturais nos permite identificar a própria singularidade de sua obra.

A chamada “Revolução de 1930” instaurou no Brasil a ideia de uma nova “ordem”. A ascensão de Getúlio Vargas e sua permanência até 1945 foram marcadas por conflitos, autoritarismo, centralidade do Estado e a tentativa de controle social, com base em elementos que iam desde as leis trabalhistas aos meios culturais. O Estado passou a exercer tutela sobre a população, tomando para si a responsabilidade de interferir na organização da sociedade. Como aponta Mônica Pimenta Velloso, o Estado: “[...] se auto-elege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o ‘bem público’ o móvel de sua ação [...] o Estado assume funções que até então estavam sob o encargo dos diferentes grupos sociais.” (VELLOSO, 1982, p. 72).

Esse direcionamento do Estado configura-se uma manobra de coesão e justificativa desta nova fase na política brasileira. Fundamentado na evocação de um novo tempo, sua atuação se desenrola na elaboração de uma figura dotada de preocupação com o bem-estar social, interferindo em diversos setores e nas relações sociais.

Maria Helena Capelato (2007) aponta que a instauração do Estado Novo (1937-1945) iniciou-se como uma nova fase política, organizada em fortes interferências do Estado com o estabelecimento de leis e regras. No entanto, os contextos da Segunda Guerra Mundial e de divergências internas contribuíram para a continuação de uma efervescência de ideologias. Esse período foi marcado pela tentativa de legitimação,

caracterizando-se por modificações de: “[...] reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas.” (CAPELATO, 2007, p. 113).

A interferência do Estado pautava-se em angariar apoio diante da sociedade para legitimar o governo. Usos de mecanismos de propaganda que enalteciam a figura de Getúlio Vargas, enquanto líder capacitado e dotado de empatia com as causas sociais. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939, sobre o preceito de divulgação do governo varguista e também como órgão de censura, principalmente aos críticos do governo vigente. Para Velloso, o Estado Novo foi marcado por dispositivos de propaganda e: “É evidente que na construção dessa imensa e compactada rede ideológica os intelectuais serão personagens de importância essencial.” (VELLOSO, 1982, p. 169).

Os intelectuais foram convocados para fazerem parte do governo, tanto em cargos públicos, vinculando-se em muitos momentos à política e atuando principalmente enquanto teóricos do Estado. Os periódicos vinculados ao governo passaram a contemplar longos elogios ao Estado e a Vargas. Os intelectuais foram chamados para a “arena política”, conforme apresentou Mônica Pimenta Velloso, enquanto “representantes da consciência nacional” (VELLOSO, 1982, p. 153). Para isto, o principal meio de formulação e divulgação dos discursos intelectuais sobre o Estado foram os periódicos, como a revista *Cultura Política*, que circulou entre 1941 a 1945, sendo voltada para a elaboração teórica da política ideológica do governo varguista, enaltecendo desde a chamada “Revolução de 1930” à “renovação política”.

Ademar Vidal escreveu uma série de textos para a revista *Cultura Política*, como o artigo *Condições sociais do camponês na região nordestina*, publicado em agosto de 1941, abordando, como o próprio título aponta, mudanças sociais no mundo do trabalho. Para ele, a “revolução” propagara novas formas de condução política, alterando a vida social através do estabelecimento de leis e direitos. Enaltecendo que: “A nova política social da Revolução criou um ambiente favorável aos interesses do homem brasileiro. Ela vem promovendo um movimento de planificação por intermédio das realizações e penetrações das ideias salutaras de amparo social.” (VIDAL, 1941a, p. 13).

Conforme as ideias de Vidal, o país adentrara em outro momento histórico, igualando-se as outras nações, seria então uma “renovação”. Ademar Vidal defendeu a “revolução” em diversas publicações, evidenciando tanto a figura de João Pessoa, tido como mártir, quanto a política desenvolvida na época. Como destaca Monica Pimenta Velloso “O que fica claro no discurso transmitido, notadamente o da *Cultura Política*, é

que há uma coincidência de interesses entre a política implementada pelo Estado e os anseios dos intelectuais.” (VELLOSO, 1982, p. 93).

Esses intelectuais tomaram para si a missão de narrar o Brasil em uma nova perspectiva, evidenciando e elaborando elementos que representariam a identidade nacional. Como aponta Sergio Miceli, a relação entre o Estado e os intelectuais pautava-se no: “[...] domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.” (MICELI, 2001, p. 197).

A cultura passou a ser o cenário de atuação política do Estado, resignificando a própria ideia do popular, anteriormente visto como razão do atraso da nação, elemento negativo, passou a ser compreendido como detentor de uma autenticidade da cultura nacional, conseguindo superar a imagem negativa diante da tutela do Estado. Sobre isso, afirma Velloso:

O povo é a “alma da nacionalidade”, as elites é que se distanciaram dessa alma quando se deixaram fascinar pelos exemplos alienígenas [internacionais]. Dando as costas para o “país real” elas se ausentaram, se eximiram de sua responsabilidade diante da nação. Por isso, cabe somente a elas redescobrir a nacionalidade que sempre esteve presente intuitivamente no povo. Esse tipo de raciocínio vem, portanto, fundamentar a intervenção do Estado na organização social. [...] visto como a única entidade capaz de salvar a identidade nacional. [...] A imagem do Estado “pai grande” e a do intelectual salvacionista se entrecruzam, então, em direção ao popular. Cabe ao intelectual auscultar as fontes vivas da nacionalidade, de onde emana a autêntica cultura. Nessa perspectiva, a reflexão sobre a nacionalidade deve necessariamente ser inspirada no rico manancial popular. (VELLOSO, 2007, p. 174).

Como aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior em sua tese *O engenho anti-moderno* (1994), encontramos projetos intelectuais e políticos pautados no ‘princípio da nacionalidade’ instaurados em instituições, departamentos administrativos e discursos, em que “ [...] a nacionalidade é um dispositivo sutil de homogeneização das diversas relações sociais e de sua centralização no âmbito da soberania e da dominação.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 45), sendo assim, há uma construção de mecanismos para produção de sentidos em torno do nacional, elaborando e categorizando os aspectos que são considerados como pertencentes à nação. Ainda:

[...] faz emergir a procura de signos, de símbolos, que preencham essa ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo. Ele [o **dispositivo da nacionalidade**] faz emergir a procura de elementos que singularizem o país, notadamente aqueles mais novos [...] Vista como um ente, um indivíduo, a nação é pensada como um espaço dotado de sentimentos, costumes, língua, comportamento, caráter e personalidade próprios. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 46, grifo nosso).

Nessa perspectiva, diversos agentes ressaltaram o popular como elemento representativo de uma identidade nacional. Suas manifestações culturais foram utilizadas como fonte para elaboração de discursos identitários. A cultura popular tornou-se a base para o desenvolvimento de um tipo particular de estudo: o folclórico. A década de 1940, com os incentivos do Estado, foi fecunda para a realização desses estudos culturais.

Albuquerque Júnior (2013b) apresentou o Folclore como o estudo elaborado por intelectuais pertencentes a uma formação elitista, que produziram seus estudos sobre práticas culturais de grupos que “carregariam” a essência da nacionalidade, guardiões de uma cultura originária e em extinção. Ao mesmo tempo, os estudos folclóricos permitiram e possibilitaram marcar discursos sobre o regional e o nacional, principalmente sobre o Nordeste que conforme Albuquerque Júnior: “[...] através de suas pesquisas, de seus escritos, de suas ações institucionais e de suas práticas, foram definindo e instituindo o que deveria ser visto e dito como sendo a cultural desta região [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 21).

Esta elaboração desponta das mudanças sociais que estavam ocorrendo, como a ascensão das elites agrárias, a ocupação de espaços, a instauração de novas classes sociais que despertam o descobrimento de sujeitos que representariam a antiga ordem social e abrigariam a tradição ressignificada pela indústria e o comércio. O “povo”, guardião dos antigos costumes, estaria carregado da “essência da nacionalidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 47), seria “ingênuo, simplório, subserviente, embora corajoso, destemido, até heroico” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 49). Enquanto isso:

O folclorista tende a se apresentar, inclusive, como representante de sua região, como um defensor de seu espaço, como alguém que através de seu trabalho traz à tona os tesouros culturais, as tradições que legitimariam aquele espaço, que demonstrariam a sua importância para a cultura nacional. O folclore regional seria a expressão da particularidade desta área e motivo mesmo de reconhecimento de sua existência autônoma. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 52).

Podemos perceber o desenvolvimento desse campo na obra vidaliana, nos elementos registrados em sua produção, como elenca o próprio neto do autor em seu discurso, fazem parte de uma abordagem temática de um ciclo de produção característica do perfil do pesquisador cultural, em particular nordestino, do final do século XIX e meados do século XX. Assim, a composição de redes intelectuais que traçaram o cenário cultural, especificamente na cultura popular, os seus espaços de

pesquisas e escrita, serviram como ferramenta e “laboratório” para elaborar discursos acerca de uma identidade nacional.

Apesar da institucionalização dos estudos folclóricos, o campo não conseguiu adentrar enquanto disciplina no espaço acadêmico, sendo inclusive deslegitimado nesse espaço pelas disputas com as Ciências Sociais, que conseguiram se estabelecer no discurso acadêmico. Na disputa com as Ciências Sociais o “[...] movimento folclórico, mesmo tendo sido em grande parte derrotado ao longo do processo de consolidação do campo intelectual brasileiro, teve na criação de instituições um dos seus objetivos centrais.” (VILHENA, 1997, p. 75).

O discurso folclórico tornou-se, na década de 1940, um campo de disputa, ainda como bem afirma Michel Foucault “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Para ocupar o púlpito de fala, autoridade e dominância, instituições, redes intelectuais e o Estado colocaram-se como representantes desses discursos, enquanto elaboradores de versões da brasilidade, que se encontravam em diversas características, mas que também diferiam pelos elementos particulares elencados, enaltecimentos, esquecimentos ou negações.

### **O folclorista em trocas epistolares e a instantânea Sociedade Paraibana de Folclore**

Perceber em qual momento Ademar Vidal se construiu enquanto folclorista é uma tentativa de entender como sua obra ganhou novos contornos pautados em uma maior inserção do cenário cultural popular. Antes, é necessário salientar que este processo de construção parte, primariamente, de uma elaboração intelectual, que exigiu uma dedicação, reconhecimento e uma bagagem simbólica. Antes de ser o estudioso da cultura paraibana, o escritor embarcou nessa elaboração primária, em decorrência de uma interação política e da associação à imprensa paraibana. Esse processo se deu durante as décadas de 1920 e 1930. Ou seja, a projeção vidaliana destacava-o no circuito intelectual nordestino.

Dentre os movimentos que Ademar Vidal se filiou, principalmente pelo contato com Gilberto Freyre (1900-1987), destaca-se o regionalismo. Diante da proposta de enfatizar a região Nordeste em seus aspectos identitários, “[...] apoiado em um movimento intelectual e político, que visava estabelecer as bases simbólicas e identitárias do Nordeste, como região dotada de características próprias em relação às demais.” (ROSA, 2006, p. 54). Para ter acesso a essas raízes seria necessário movimentar-se em busca de uma tradição, resultando em um “sentimento de unidade” (ROSA, 2006).



Com sede em Recife, o Centro Regionalista do Nordeste foi fundado em 1924. No intuito de reunir sujeitos e ações efetivas para divulgar a própria entidade e o movimento, foram realizadas conferências, exposições, entre demais atividades. Como marco dessa agitação literária proposta, foi feita a publicação de uma coletânea de ensaios intitulado *Livro do Nordeste* (1925), no qual consta a publicação vidaliana *Um século de vida paraibana (1825-1925)*. Ademar Vidal fez parte desse ciclo intelectual que montou e defendeu discursivamente o Nordeste.

Os trajetos intelectuais do paraibano proporcionaram a inserção de novas abordagens à sua escrita. Câmara Cascudo e Gilberto Freyre tornaram-se referências nos estudos sobre o Nordeste, inspirando as produções de Vidal. Embora não signifique uma completa adesão ou totalidade de sua obra voltada para um movimento literário específico. Cada espaço e temporalidade tiveram fortes contribuições na sua produção, acrescentando elementos, temáticas ou deixando de lado outras abordagens.

Podemos elencar que o movimento regionalista contribuiu com dimensão temática e de abordagem aos escritos vidalianos, principalmente, no que diz respeito à presença do negro em solo paraibano, temática desenvolvida em longos estudos por Ademar Vidal. Além do apego às ditas tradições, como elementos compositores de uma singularidade espacial e identitária do Nordeste. Discursos partilhados e defendidos pelos folcloristas da década de 1940.

Destacou-se nesse cenário intelectual voltado para a dimensão cultural e que também manteve contato com Vidal, o escritor modernista Mário de Andrade que no final da década de 1920 viajou ao Nordeste. A viagem etnográfica resultou ainda no livro *O turista aprendiz* no qual relata suas andanças e registra as experiências ao longo da viagem. Na Paraíba foi recepcionado por Ademar Vidal, Ascenso Ferreira, Antônio Bento de Araújo Lima e Cícero Dias (ROSA, 2006). A produção de Mário de Andrade foi marcada pelo caráter nacional, com usos da cultura popular e folclore. O contato com Ademar Vidal rendeu trocas epistolares, partilha de eventos e vivências pessoais e também um estreitamento por parte do paraibano com o movimento modernista paulista, no qual Mário de Andrade foi um dos propulsores.

O MFB tratou-se de uma mobilização, nos anos 1940, de grupos intelectuais em torno de um discurso folclórico como ferramenta de elaboração de uma brasilidade. Para isto, a cultura popular foi pensada como meio para alcançar as raízes de uma identidade nacional, tida como dotada de manifestações tradicionais que preservavam uma essência primária. Conseqüentemente, intelectuais reuniram-se para a elaboração de um movimento que pretendeu realizar estudos folclóricos, tomando para o folclorista a missão de guardiões de uma nacionalidade.

Essa atuação fora instaurada mais fortemente com a criação de uma instituição que previa as ações em torno do folclore, sendo essa a *Comissão Nacional de Folclore* (CNF), criada em 1947 e desmantelada na década de 1960, com a Ditadura civil-militar. Havendo após sua inauguração diversas mobilizações, como congressos e campanhas. É válido ressaltar que, embora a CNF seja um marco no MFB, outros grupos intelectuais e instituições faziam articulações sobre os estudos folclóricos, como a *Sociedade Brasileira de Folclore*, criada em 1941.

Ainda, como aponta Vilhena os encontros intelectuais também renderam “[...] apelos em favor da defesa de nossas manifestações folclóricas e da instituição de uma agência governamental que coordenasse esse esforço de pesquisa e preservação.” (VILHENA, 1997, p. 1).

O movimento contribuiu na orientação da obra vidaliana para o âmbito cultural. Até então suas produções se destacavam por uma carga social e política, ganhando novos contornos com sua adesão à SBF e com a fundação e presidência da SPF. Como podemos perceber na carta de 29 de dezembro de 1941 (VIDAL, 1941b), na qual o paraibano comunicou a Câmara Cascudo a fundação da SPF, uma congênere da SBF fundada no mesmo ano na cidade de Natal pelo potiguar. Essa tinha como missão organizar e estruturar os estudos folclóricos, contou com uma lista de membros nacionais e internacionais, esquematizando uma atuação metodológica para as pesquisas folclóricas, que serão abordadas posteriormente. Ademar Vidal ocupou a presidência da entidade paraibana, no mesmo período em que presidia o IHGP.

Já na correspondência de 08 de abril de 1942, enviada a Câmara Cascudo, percebemos a estrutura de uma produção vidaliana folclórica, relatada ao amigo colaborador:

Meus trabalhos sobre folclore andei passando uma revista e vi que já é grande: três livros e três folhetos --- e quase tudo inédito. Que tal? A Parahyba aparecerá breve a correr na pista dos outros estados. Claro que sem o brilho de um Rio Grande do Norte que vê na linha de frente um Cascudo levado do capeta. Mas dará seu recado. Ando alegre e leve. (VIDAL, 1942, s/p.).

A produção vidaliana já ganhava consistência, além do desejo de ver a Paraíba ganhar espaço no cenário da produção folclórica. Na mesma carta, Vidal ressaltou a vontade de ampliar a entidade com a participação de vários membros. Ao longo das 15 correspondências, do início e meados da década de 1940, Ademar Vidal relatou seus interesses de estudos culturais, além do processo de publicação, como o livro *Lendas e Superstições* (1949), que reúne um grande trabalho folclórico sobre as histórias partilhadas ao longo do litoral, brejo e sertão nordestino, com destaque para as histórias

paraibanas. A obra esteve desde 1942 em edição, sendo publicada apenas em 1949, por isso as constantes publicações em periódicos, que era um processo mais rápido e econômico.

Ainda sobre o folclore:

Sempre olhei o folclore com interesse mas sem espírito científico[...] e creio que continuarei pelo mesmo caminho. Outros se encarregarão de obter melhores resultados do material que irei colhendo pacientemente. Estarei errado? Posso dizer-lhe sem vaidade que, se fosse possível obter editor fácil, sem maiores desejos econômicos, entregaria dentro de breve tempo de três a quatro livros, todos eles de feição folclórica. (VIDAL, 1943, s/p.).

Podemos perceber que sua frustração com a produção folclórica tem relação direta com o mercado editorial da época, visto os altos valores para publicação. Vidal toma para si a realização da coleta folclórica, ou seja, o registro de material cultural para que possa futuramente ser organizado e publicado. Em decorrência disso, evidenciamos que muitos de seus inéditos e demais textos possuem como fontes essas pesquisas folclóricas, porém foram organizadas ou publicadas posteriormente. Ao longo da carta, datada de 23 de janeiro de 1943, Vidal expressa o desejo de juntar-se com alguém para montar uma editora para facilitar a publicação de seus estudos folclóricos.

Isso explica a já mencionada dificuldade de manter-se apenas vinculado às produções literárias, o que lhe demandava uma múltipla atuação profissional, exercendo cargos jurídicos como de procurador da República. Apesar da ocupação oficial, a máquina de escrever continuava registrando inéditos sobre a terra natal, marcando espaços, sujeitos e histórias classificadas enquanto folclore local. Uma forma de compreender sua atuação no campo cultural é inclinar-se sobre a SPF, no intuito de mapearmos suas concepções folclóricas e produção nesse âmbito.

“Criada para estudo de caráter nacional” é dessa forma que Ademar Vidal (VIDAL, s/d, p.1) apresenta, no prefácio do inédito *Práticas e costumes afro-brasileiros*, a SPF, fundada em dezembro de 1941. A entidade atuou no cenário paraibano de 1941 a 1944, contou com colaboradores de várias localidades do estado e de diversas atuações profissionais, como médicos, advogados, prefeitos, vaqueiros, agricultores, entre outros. Esses foram responsáveis por contribuir com pesquisas culturais acerca da cultura popular paraibana, através do registro de hábitos e vivências de âmbito social, cultural, econômico e político. Esses materiais coletados serviram como fontes para a produção vidaliana, principalmente as de natureza folclórica.

Ainda no inédito, Vidal reafirmou o compromisso e atuação e relevância de sua instituição:

Os alicerces, pois, se encontram lançados, é de esperar que o caminho seja alargado para que outros ventos circulem proveitosos aos estudos folclóricos[...] esforço este que cabia à Sociedade Paraibana de Folclore. Para tanto conseguir em luta individual foram feitos inquéritos nas cidades e no interior, foram recolhidos informes preciosos, alguns divulgados. (VIDAL, s/d, p. 1).

Podemos extrair também a justificativa principal para a realização desses estudos folclóricos, que seria a explicação sobre a formação de um povo: o paraibano. Essa necessidade está no cerne de elaboração de uma identidade nacional pelo âmbito cultural, seria na cultura popular que se encontraria a autenticidade e tradições que formulariam uma nacionalidade. A SPF seria portadora de iniciativas para a realização dos estudos folclóricos. Sua atuação ocorreu principalmente por uma rede de colaboradores, que contribuíram com o registro da cultura popular. Esse processo de registro se dava através de inquéritos, com diversas abordagens, dos hábitos à forma de trabalho. Os colaboradores fizeram parte de uma “rede” intelectual, tendo em vista os interesses em comum, divulgar e apresentar seus espaços sociais, o que resultou em uma colaboração discursiva com a produção vidaliana.

De acordo com Gabriela Pellegrino Soares (2015), “A prática dos Inquéritos difundiu-se, servindo a políticas que se voltavam a intervir em sociedades em que já se sentia o peso das massas.”, ainda na perspectiva dos inquéritos folclóricos: “Destinavam-se, sim, a conservar a cultura popular do campo, em tempos de grandes transformações, e colocá-la ao alcance dos letrados e artistas fixados nas cidades, que incorporavam ao imaginário as raízes já remotas da nação.” (SOARES, 2015, p. 445).

Podemos perceber que sua principal função é reunir informações e materiais sobre determinadas objetos de interesses ou estudo. Além de ser uma ferramenta capaz de reunir maior quantidade de dados em menos tempo, visto as distâncias que deveriam ser percorridas se o investigador necessitasse de ir ao encontro dos sujeitos que queria entrevistar. E, também é importante salientar que no caso do inquérito de Vidal, o mesmo foi enviado para figuras de autoridade, letrados que teriam condições de repassar o material solicitado. O que evidencia a construção de colaboradores e novamente o reforço da interferência do letrado sobre o que seria o popular.

Os questionamentos pautavam-se nas seguintes temáticas: a pecuária, oralidade, festas e reuniões sociais, mestiçagem, rituais, vestimentas, artesanato, transporte, músicas e danças, preferências literárias, fotografias, moradias, seca, estrutura familiar, atuação do Estado, brincadeiras e brinquedos, atividades de lazer, fauna, comparação do “passado” com o “presente”, registro sobre a infância e as festividades. Além desses

elementos, durante o inquérito, havia a ressalva de registrar os métodos de coletar essas informações. O que denota o cuidado com a pesquisa cultural, como também com o procedimento estava associado a uma metodologia que caracterizaria os estudos dos folcloristas. Havia a preocupação de realizar a coleta de acordo com os procedimentos autorizados por outros estudiosos da cultura.

Assim como o inquérito disponível no acervo de Ademar Vidal, no IHGP, conseguimos ter acesso a dois retornos dessa pesquisa cultural: uma carta do padre Manoel Otaviano da cidade de Piancó e outra de Irineu Rangel de Farias, na época, prefeito do município de Taperoá. O padre evidenciava que o trabalho expedido pelo escritor era longo e, naquele momento, dispunha de pouco tempo e recursos para fazer algo elaborado, mas estaria realizando o trabalho e em breve enviaria o que havia sido solicitado:

[...] com o desejo que tenho de atender a sua solicitação, admirando-o como homem de letras, lendo-o sempre, tudo o que me chega às mãos com certa avidez, sinto prazer pela oportunidade de fornecer-lhe essas informações do meu sertão que, talvez, lhe sejam uteis [sic]. (OTAVIANO, 1942, s/p.).

Além de correspondente, o padre se revela um leitor das produções vidalianas e se mostra à disposição para colaborar com aquilo que estiver ao seu alcance.

Essa troca de materiais e a disponibilidade de colaboração evidenciam as linhas que teceram uma rede de colaboradores. Eram sujeitos de diversos lugares da Paraíba preocupados em escrever ou ajudar a formular versões sobre esse espaço, baseados nos seus lugares de vivência. Como podemos perceber no retorno de Irineu Rangel de Farias que, em 1942, enviou uma versão resposta do inquérito vidaliano.

Além disso, através da pesquisa cultural, podemos perceber impressões e temas que, para Ademar Vidal, estariam correlacionados, em particular, ao espaço e vivências sertanejas. Juntamente, com as correspondências enviadas a Câmara Cascudo, conseguimos mapear os estudos vidalianos e seus interesses de pesquisas. Como evidencia ao longo de algumas correspondências de 1942 e 1943, o interesse em estudar meios de transportes, inclusive, na carta datada de 07 de dezembro de 1942 solicitou ao potiguar material referente à jangada e ao carro de boi, em carta posterior anunciou que realizou um trabalho sobre o carro de boi na Paraíba.

Ao longo das cartas o paraibano relatava as produções que estariam para ser publicadas ou em edição. Entre os temas de produção da época, ele evidenciou o negro no cenário paraibano e o sertão paraibano, destacando o envio de inquérito ao interior

do estado e o aguardo do retorno de informações sobre esses e outros temas. Sobre esse espaço, Ademar Vidal revelou:

É um confronto entre o passado e o presente não só quanto aos hábitos e costumes como ainda no que se refere à vida propriamente material. Dentro do ciclo se acha tudo que interessa ao homem. Enfim resumirei nisto: vida rural[...] casa, gado, meio físico; vida de cidade; tradições; música, dança, canto; poderia ter o nome que tem o seu: “Etnografia Tradicional do Brasil”. (VIDAL, 1942b, s/p.).

Podemos evidenciar alguns interesses nas questões destacadas, como a intenção de compreender a estrutura de vivência social, cultural e econômica dos sertanejos. Por isso, as indagações de âmbito geral e particular, com destaque para os hábitos e costumes, a relação desses sujeitos com seu espaço e a própria constituição do sertão. Assim, compreendemos a preocupação em identificar os elementos constituintes de uma singularidade sertaneja para delinear a estrutura familiar, de moradia, da miscigenação, e outros aspectos fundamentais para elaborar esse tipo sertanejo em sua obra.

Além disso, a solicitação de materiais que comprovem esses registros ou informações faz parte da sua metodologia enquanto folclorista, elaborando uma obra pautada em fontes. Localizamos no acervo do IHGP alguns retratos que representariam essa cultura popular buscada por Ademar Vidal. Trata-se de fotografias que apresentam sujeitos como vaqueiros, pescadores, vendedores, músicos, negros cozinheiros ou vendedores de fumo. No verso de algumas constam informações, porém poucas apresentam o local, não possuem data ou referência de como o escritor paraibano as obteve. No entanto, como já evidenciamos no inquérito de sua autoria, a solicitação de fotografias de populares, em seu cotidiano, ao longo do estado era comum. Por isso evidenciamos sujeitos de diferentes localidades, que estão vinculados às concepções vidalianas de espacialidades que compuseram a Paraíba.

Os questionamentos apresentam temáticas que foram abordadas em diversas produções vidalianas. Seu interesse era ter acesso, no registro de seus colaboradores, à cultura popular, fonte primária para os estudos folclóricos, logo, fonte essencial na elaboração identitária da Paraíba na sua obra. Dessa forma, ao longo de sua obra, Ademar Vidal enalteceu as possibilidades de pesquisas da terra natal.

Vidal apropria-se do seu espaço para elaborar um discurso identitário. O trecho trata-se de um inédito de 1979, no qual retrata a visão do escritor sobre a Paraíba, um cenário rico em elementos culturais, fecundo para os estudos folclóricos e em possibilidades intelectuais. Por isto a SPF atuou como entidade que buscava resguardar a cultura popular paraibana. O material coletado serviu como base para diversas

produções vidalianas elaboradas posteriormente à extinção dessa entidade após ir para o Rio de Janeiro-RJ, em 1944. Maria Nilza Barbosa Rosa aponta que:

Para Ademar Vidal, as pesquisas contribuem para esclarecimentos sobre a formação de um povo, seus estilos de vida, detalhes, tudo quanto atestam, “esforço este que cabia à Sociedade paraibana de folclore”, porém, em “luta individual” foram feitos inquéritos nas cidades e no interior, “recolhendo informações preciosas”, que resultaram no inédito “*Visitação ao interior do Nordeste*”. Para ele, o contato com “o material folclórico nordestino seria uma das formas de se evitar a massificação e a colonização”. A massificação não se refere apenas a um conjunto de pessoas que promove alguma transformação nas sociedades; a massificação é um tipo de comportamento coletivo dentro do qual as pessoas não podem agir isoladamente, elas movem-se, dispersam-se de maneira induzida. Além disso, Ademar conhecia a necessidade da descolonização que existia em relação aos dois grandes centros culturais, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente o Rio de Janeiro, pela forte tendência que a República herdou do Império. (ROSA, 2006, p. 40).

Para Ademar Vidal, o folclore seria uma fonte que permitiria compreender a formação do povo brasileiro, em particular do nordestino, e descentralizar a nacionalidade da região sul. Tendo em vista que as singularidades nordestinas seriam evidenciadas e evocadas nessa elaboração de uma identidade nacional, seriam reconhecidos nesse espaço elementos que abrigariam uma cultura originária.

Como forma de apresentar a entidade no cenário dos estudos folclóricos e divulgar a iniciativa paraibana na organização e coleta dos registros da cultura popular, Ademar Vidal solicitou a Câmara Cascudo que divulgasse a Sociedade paraibana em alguma de suas publicações constantes em periódicos. O potiguar escreveu o texto *Etnografia e folclore* para o jornal *Diário de Notícias*, publicado em 01 de março de 1942, no qual apresentou a entidade paraibana:

O escritor Ademar Vidal acaba de fundar a Sociedade Paraibana de Folclore, com sede em João Pessoa e de que é Presidente. A Sociedade possui delegados em todos os quarentas e um municípios do Estado e começou recolhendo copioso material etnográfico e folclórico. (CASCUDO, 1942, p.1).

A colaboração entre esses intelectuais pautou-se na divulgação de suas obras, partilha de materiais, envio de informações e livros, além da musicalização de trabalhos por parte de músicos populares<sup>2</sup> conhecidos do paraibano. Essas trocas constantes de informações mostraram-se como mecanismo de fomentação de uma rede intelectual, dedicada à uma produção específica: os estudos folclóricos. Para compreendermos como

---

<sup>2</sup> Ao longo das correspondências, Ademar Vidal solicita referências a Câmara Cascudo, mostra-se a disposição para musicalizar trabalhos a partir de músicos conhecidos, como evidenciadas nas cartas de 21 de dezembro de 1942 e 23 de janeiro de 1943. Vidal também se encarrega de conseguir material solicitado por Cascudo, havendo uma troca intelectual, de informações e vivências, já que ambos comentam de forma breve os acontecimentos recentes em suas vidas pessoais.

essas interações folclóricas foram instauradas é necessário percorrermos por outra entidade dedicada aos estudos culturais: a SBF e sua proposta metodológica de coleta folclórica.

### A “ciência do povo” e a sistematização de saberes a partir da Sociedade Brasileira de Folclore

Em 30 de abril de 1941 foi fundada na cidade de Natal a SBF. Uma instituição que contava com diversos intelectuais nacionais e estrangeiros preocupados em estabelecer estudos sobre a cultura. Tinha a proposta de organizar os estudos folclóricos, que implicou a elaboração de uma metodologia para a colheita folclórica. Criou-se um perfil para o folclorista brasileiro na década de 1940, mantendo sua atuação, pelo menos, até 1963. Esta instituição foi o foco de estudo monográfico de Ewerton Wirley Silva Barros (2018), intitulado “*Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no movimento folclórico brasileiro (1939-1963)*”.

Teoricamente, a SBF partilhava dos preceitos de Pierre Saintyves, no qual folclore “[...] é a ciência da cultura tradicional nos ambientes populares dos países civilizados [...]” (ESTATUTOS, 1942, p. 9), não devendo haver uma persistência na compreensão conceitual do termo. Objetivava-se em realizar estudos locais e nacionais, interligando aspectos culturais comuns a diversas regiões e populações. Foram fundadas algumas filiais estaduais por membros da SBF com o objetivo de registrar e coletar manifestações culturais locais. A entidade ultrapassou as fronteiras nacionais, contando com membros de diferentes nacionalidades, expandindo o nome do Brasil no cenário internacional, elevando e consagrando também o próprio Luís da Câmara Cascudo nas pesquisas culturais, como destacou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013a) no livro *O morto vestido para um ato inaugural*.

Essa associação foi criada e oficializada através de dois estatutos que regulamentavam a função a ser desempenhada e também o percurso metodológico a ser utilizado pelos folcloristas. O primeiro estatuto é de 1941, publicado em opúsculo um ano depois da sua criação, no qual apresenta a estrutura, os métodos, as comissões e suas funções e estabelece uma definição aos estudos folclóricos. No entanto, não há informações neste com relação ao total de membros associados.

Já o segundo estatuto é do ano de 1949, apresentando alguns ajustes, com os mesmos objetivos explanados no primeiro estatuto. Ocorreram algumas mudanças na organização estrutural, tornando Câmara Cascudo presidente permanente, além de ter o papel de orientador (ESTATUTOS, 1949, p. 3) dos estudos desenvolvidos e também apresentando uma lista com os representantes dos diversos estados brasileiros e os



membros estrangeiros. Em 1949 a SBF já contava com membros efetivos (27), titulares brasileiros (37), titulares estrangeiros (65) e falecidos (14), totalizando 143 membros.

Ewerton Wirley Silva Barros evidencia a atuação internacional da SBF:

Definida a postura da Sociedade Brasileira de Folclore sobre as questões teórico-metodológicas do saber folclórico, o próximo passo seria dado em torno da expansão de sua rede institucional. A primeira forma de expansão institucional foi de sua inserção no Círculo Panamericano de Folclore (CPF). Com o lema: “um alto pensamento de unidade fraternal”, o CPF foi destinado a uma aproximação cultural que se estendia do Canadá a[*sic*] Argentina, de modo que proporcionou um intercâmbio de informações, livros e fotos que ampliaram a discussão e os quadros folclóricos nos países de todo território americano. Sendo assim, cada país teve um “delegado” – função com as atribuições de presidir e mediar as discussões e pesquisas. No Brasil, o cargo foi assumido e dirigido por Cascudo. No ano de 1944, a área geográfica de discussão do Círculo foi delimitada entre o México e a Argentina. (BARROS, 2018, p. 48-49).

Apesar do significativo número de membros e a expansão através de filiais em outros estados, o cenário dos estudos folclóricos foi marcado por disputas, principalmente, por aspectos políticos e intelectuais. Assim, entre os desafios enfrentados, estavam: a falta de uma sede para realizar as reuniões da SBF, que ocorriam na casa de Câmara Cascudo; e a disputa com outro grupo de intelectuais que constitui uma entidade brasileira vinculada oficialmente ao governo vigente, destinada a lidar com as manifestações culturais que já eram de interesse e foco da SBF, a Comissão Nacional de Folclore.

O MFB foi vinculado à CNF, pertencente ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) criado em 1946 para representar o Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa entidade internacional se voltou para as dimensões culturais como forma de promover uma valorização dos povos, em decorrência do genocídio da II Guerra Mundial. Para Paulo Anchieta Florentino da Cunha “[...] o folclore foi tomado como elemento de conagração entre os povos.” (CUNHA, 2011, p. 25) em 1497, Renato Almeida aproveitando da sua posição no Ministério do Exterior, propôs a CNF. A atuação dessa entidade se caracterizou por suas iniciativas ao desenvolver eventos e campanhas destinadas ao enaltecimento do MFB, aponta que a instituição “[...] adotava um engajamento coletivo na defesa das tradições populares.” (VILHENA, 1997, p. 173). Para isto, organizaram diversos congressos nos quais se decidiam diretrizes a serem seguidas na elaboração dos estudos folclóricos. Em decorrência da instauração do golpe militar em 1964, essa entidade foi abalada e reorganizada.

Conforme Barros:

Com a criação da Comissão Nacional de Folclore, a circulação de ideias foi ampliada, ao tempo que as redes intelectuais e relações de poder foram ainda mais exasperadas. O objetivo da instituição foi promover e incentivar os estudos folclóricos e representar, como entidade brasileira, as instituições e os folcloristas brasileiros, nas suas relações com o estrangeiro, desenvolvendo o intercâmbio com centros de estudos e pesquisas folclóricas de outros países. (BARROS, 2018, p. 54).

A CNF, assim como a entidade sediada na cidade de Natal, distribuiu-se em diversos estados do país com suas subcomissões. Na Paraíba, através de correspondências enviadas por Renato Almeida ao presidente da Comissão do IBICC no estado, Celso Mariz, e o presidente da APL, Oscar de Castro, solicitando a criação da Comissão Paraibana de Folclore, o primeiro a presidi-la foi Francisco Vidal Filho. Fundada em 1948, a entidade teve diversos dirigentes, entre eles Hugo Moura que atuou de 1963-1977, sendo desativada em 1978. Ainda, atuou enquanto mediador da Comissão Paraibana com a Universidade Federal da Paraíba, executando algumas reuniões e eventos em seus espaços. Em decorrência das diretrizes do I Congresso Brasileiro de Folclore em 1951, dedicou-se a produzir o mapa folclórico da Paraíba só sendo publicado na década de 1960, pautou-se em questionários enviados a representantes municipais ao longo do estado. Sua atuação visava integrar o Movimento Folclórico Brasileiro com a Universidade, desenvolvendo estudos e pesquisas através desta entidade.

Como aponta Paulo Anchieta F. Cunha (2011), a ausência de arquivos sobre a instituição estivera associada à própria ausência de uma sede, sendo realizadas algumas reuniões na Associação Paraibana de Imprensa. Também, podemos observar a dificuldade de organização e estruturação da entidade pela troca-troca de dirigentes. Os poucos registros encontrados pertencem ao acervo da CNF, na *Revista Brasileira de Folclore* e documentação cedida pela família de Hugo Moura. Ainda: “Entre 1948 e 1978 as dificuldades enfrentadas pelos que ocupam o posto de Secretário-Geral refletem em ‘refundações’, ‘reestruturações’ e ‘reorganizações’.” (CUNHA, 2011, p. 54). A entidade paraibana não teve forte expressão além da atuação de Hugo Moura, promovendo eventos pontuais para comemorar o Dia do Folclore e reuniões em distintos espaços.

Podemos perceber que os desafios enfrentados pelas organizações preocupadas com os estudos folclóricos marcaram a própria memória dessas instituições. O Folclore não conseguiu adentrar ao espaço acadêmico no Brasil. Ainda em decorrência do reconhecimento estatal da CNF, a SBF e sua trajetória passou por despercebida pelos estudiosos do MFB.

Os registros sobre a SBF, um pouco da trajetória desta e de alguns de seus membros estão disponíveis em periódicos da época de sua atuação, principalmente das décadas entre 1940 e 1960. As produções apontam os compromissos, participação dos

membros em congressos nacionais e internacionais, a própria fundação da associação, reconhecimento da atuação da SBF por parte de alguns colonistas, além da apresentação de algumas obras oriundas dos estudos desenvolvidos. Assim, através dos periódicos, conseguimos perceber um pouco das propostas desenvolvidas pela SBF e a atuação de seus membros nos principais congressos culturais das décadas de 1940 a 1960.

Contou com diversos membros que, apesar das diversas e distintas vivências, de várias regiões e até nacionalidades, construíram produções e apresentaram forte preocupação em registrar e preservar manifestações culturais tidas como elementos singulares de uma identidade, primeiramente regional, a molécula constituidora de uma célula nacional. Através dessa associação podemos perceber a trajetória percorrida pelos intelectuais na construção do folclorista brasileiro, os percalços enfrentados, as disputas e as atuações políticas sobre organizações que pretendiam desenvolver estudos culturais na primeira metade do século XX.

Esta entidade cultural foi formada por um número significativo de membros de diversas localidades nacionais e estrangeiras, com letrados de forte ligação acadêmica, intelectuais pertencentes a uma elite e em sua maioria homens. Assim, lidamos com sujeitos que se construíram enquanto folcloristas e disseminaram discursos e sociabilidades. Essa rede intelectual se constituía, principalmente, nas trocas constantes de correspondências, colunas em periódicos, colaboração com produções, como prefácios de livros. Formulavam conexões de norte ao sul do país, das lideranças locais aos representantes do poder estatal, homens de forte atuação política e que se construíram, primeiramente, enquanto intelectuais e, ao mesmo tempo ou posteriormente, como folcloristas, elaboradores e narradores de uma Nação.

Nos deparamos com interesses que estão além de executar, sistematizar e organizar a produção cultural local. Houve uma própria construção e exaltação desses homens que passaram a ocupar novos espaços nas colunas de jornais. Esses sujeitos tomaram para si a responsabilidade de elaborar uma identidade nacional, tendo como critério básico a cultura popular.

Nos estatutos evidencia-se a abertura para a integralização de indivíduos que já faziam parte de outras instituições que partilhavam objetivos parecidos com a associação. Ao analisar a formação desses membros, percebemos que são homens de uma posição privilegiada. O fato de já estarem associados a outra instituição demonstra um seleto grupo de colaboradores, sujeitos que já são reconhecidos em outros espaços e tem discurso autorizado. Não necessariamente ligados às discussões sobre o folclore, mas que se dispõem a continuarem ou iniciarem essa atuação em suas localidades. Por

isso, percebemos a instauração de filiais da SBF em alguns estados brasileiros, como foi estabelecido no Estatuto de 1942:

A Sociedade filiada mantém absoluta autonomia em sua administração, publicações, aceitando apenas as linhas gerais da orientação técnica da S. B. F. L. quanto à direção cultural dos trabalhos de colheita e aproveitamento do material folclórico e etnográfico, ressaltando o direito individual dos autores de escolher sua tese e comentário livremente, desde que se conservem no espírito próprio e legítimo do Folclore. (ESTATUTO, 1942, p. 6-7).

A autonomia também se destacava nas escolhas dos membros para as filiais e o desenvolvimento de estudos folclóricos considerados importantes para esses sujeitos em suas localidades, embora fosse necessário seguir as orientações repassadas pela instituição sede, principalmente em relação à metodologia da colheita folclórica.

O folclorista membro da SBF atuaria como redator fidedigno das expressões culturais que comporiam a nação, e não apenas essa, pois atravessando as fronteiras, identificando elementos correspondentes dessa cultura além do espaço nacional.

Podemos observar como este Estatuto, em específico, estabelece uma relação de diretrizes para a elaboração dos estudos folclóricos, propondo metodologias de coleta e análise, além de incentivar a exploração de algumas temáticas. Por exemplo, a produção vidaliana singularizou-se por enfatizar as lendas e os mitos paraibanos e do Nordeste. O inquérito como mecanismo de coleta de informações também se destacou como proposta da SBF, pretendendo acumular dados que frutificariam nos escritos folclóricos.

Sendo assim, diante dessa entidade, o folclorista seria um guardião da cultura em ruína, que necessitava de sua atuação para ser preservada e reconhecida enquanto elemento singular de uma identidade nacional. Ademar Vidal, ao fundar a Sociedade Paraibana, solicitou a Cascudo que enviasse os estatutos para que sua instituição os seguisse, evidenciando uma preocupação com os métodos da pesquisa cultural.

Podemos ainda enfatizar a influência desse manual folclórico no inquérito vidaliano pelas temáticas abordadas, o interesse no âmbito material, social e da natureza sertaneja, a intenção de abranger o maior número possível de informações e dados das vivências sertanejas, além das solicitações de registros fotográficos de expressões dos hábitos e costumes do sertão. Elaborar um discurso folclórico para a entidade potiguar implicara, primeiramente, em seguir orientações e métodos para um aproveitamento da coleta do material estudado e abordar o máximo de dimensões culturais, sociais, econômicas e da natureza dos espaços e do popular.

Vitor Hugo Silva Néia aponta os confrontos entre os folcloristas brasileiros e embates que findaram na recusa do folclore enquanto uma disciplina, principalmente, pelo embate com a Sociologia:

No Brasil, também se notabilizou a querela entre os chamados folcloristas e a Sociologia, como nos artigos de Florestan Fernandes (2003). Do mesmo modo que na Inglaterra, as críticas dirigiam-se às dificuldades em se delimitar objetos e métodos e às limitações analítico-interpretativas dos estudos folclóricos, controvérsias que contribuíram para esvaziar sua relevância acadêmica, a despeito da riqueza das obras de pesquisadores como Luís da Câmara Cascudo. (NÉIA, 2017, p. 215).

Assim, evidenciamos que os embates teóricos e disputas de espaço estiveram atrelados a atuação dos folcloristas no início e meados do século XX. A proposta de construir ou de revelar uma identidade nacional fomentou projetos vinculados ao Estado, sendo autorizados e promulgados. Os discursos dos folcloristas e suas intencionalidades estavam alinhados aos interesses de uma elite letrada.

### **Considerações finais**

Nessas interações intelectuais de Ademar Vidal destacamos a relação com Câmara Cascudo, colaborador e incentivador dos estudos culturais vidalianos. Sobre este âmbito de produção, a década de 1940 marcou o direcionamento da sua obra ao viés cultural e social, voltando-se aos estudos da cultura popular paraibana. Assim, Vidal participou dos movimentos literários, das expedições folclóricas e dos principais congressos intelectuais da sua época, gerando uma alta repercussão da sua obra.

O Movimento Folclórico Brasileiro foi fundamental para a elaboração de uma produção cultural, enaltecendo elementos representativos paraibanos e as singularidades capazes de compor uma identidade. Por isso, este campo foi além da elaboração de produções locais sobre as práticas e marcas culturais, sendo também alvo de disputas de grupos de intelectuais que pretendiam construir uma identidade local e, principalmente, nacional, através desses estudos.

Nas correspondências enviadas para Câmara Cascudo evidenciamos o processo de atuação e elaboração do perfil folclorista de Ademar Vidal. O paraibano utilizou os inquéritos como meio de angariar as fontes para seu trabalho folclórico. Elaborando em torno de si uma rede intelectual. Sua intenção era obter registros de manifestações culturais populares que segundo o saber folclórico, seria a fonte necessária para construir uma identidade nacional, tendo em vista a essência presente no popular.

Essa interferência no campo cultural também foi aproveitada pelo Estado, na intenção de legitimar sua ideologia política. Incentivando e divulgando o trabalho de

diversos intelectuais no campo cultural, assim sendo, o apoio do Estado foi fundamental para a criação e manutenção de instituições. Porém, essa ajuda, contribuição e interferência nos cenários intelectual e cultural, não eram ações ingênuas. Havia uma necessidade do próprio Estado de se afirmar e montar um sentimento de nacionalidade, elaborando uma unidade diante das agitações políticas que marcaram os anos 30 e 40.

## Referências

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. 1994. 500 f. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1994. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280137>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013a.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950)*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013b.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. *Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no movimento folclórico brasileiro (1939-1963)*. 2018. 102 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4721/1/EWERTON%20WIRLLEY%20SILVA%20BARROS%20-%20TCC.%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HIST%C3%93RIA%202018.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 107-143. v. 2.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. *O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978)*. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19109/1/2011-Dissertacao-Paulo-Anchieta-Cunha.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, n.16, p. 179-192, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144>. Acesso em: 07 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-221.

MARQUES, Maria Joedna Rodrigues. *Ademar Vidal e a produção de uma paraibanidade cultural a partir dos estudos folclóricos (1941-1949)*. 2019. 92 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2019.

Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/11262/1/MARIA%20JOEDNA%20RODRIGUES%20MARQUES.%20TCC.%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HIST%C3%93RIA.%202019.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NÉIA, Vitor Hugo Silva. O folclore e a escrita da História: a cultura popular como fonte, *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 25, n.1, p. 203-226, jan/jun. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8648158/16645>. Acesso em: 06 nov. 2020.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. *Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal*. 2006. 169 f. Tese (Doutorado em Letras) - Área de concentração em Literatura Brasileira, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em:

[http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images\\_nilzal.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_nilzal.pdf). Acesso em: 12 de ago. 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-262.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Monteiro Lobato, Juan P. Ramos e o papel dos inqueritos folclóricos na formação cultural e política da nação. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 31, n.56, p.423-448, maio/ago. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/vh/v31n56/0104-8775-vh-31-56-0423.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 145-179. v. 2.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-80.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

## Fontes

CASCUDO, Luís da Câmara. Etnografia & Folclore. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 3, p. 1, 01 mar.1942. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 1. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1942.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa, 1949.

FARIAS, Irineu Rangel de. *Inquérito entre os sertanejos*. Taperoá, dezembro de 1942 (arquivo Ademar Vidal, IHGP). Pasta 22.

OTAVIANO, Manoel. [Correspondência] Patos. Destinatário: Ademar Vidal. João Pessoa, 1942. 1 f. Resposta ao inquérito.

VIDAL, Ademar. Condições sociais do camponês na região nordestina. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 13-20, ago. 1941a. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

VIDAL, Ademar. [Correspondência] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 29 dez. 1941b. 2 f. Fundação da Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. [Correspondência] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 08 abr. 1942a. 1 f. Expectativas acerca da Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. [Correspondência] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 07 dez. 1942b. 1 f. Fundação da Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. [Correspondência] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 21 dez. 1942. 1 f. Fundação da Sociedade Paraibana de Folclore.

VIDAL, Ademar. [Correspondência] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 23 jan. 1943. 2 f. Visões vidalianas sobre o Folclore.

VIDAL, Ademar. *Inquérito de Ademar Vidal entre sertanejos*. João Pessoa, s/d (arquivo Ademar Vidal, IHGP). Pasta 22.

VIDAL, Ademar. *Lendas e superstições*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1949.

VIDAL, Ademar. Práticas e costumes afro-brasileiros. *Inédito*, SEM DATA (arquivo Ademar Vidal, IHGP). Pasta 22.